



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	02	de proc.
n.º	150	de 19 99

ADELINA CICONI

Res. 100.406

ATA

Gabinete Vereador Toninho Paiva

JUSTIFICATIVA

Visa o presente Projeto de Lei denominar Professora Thereza Maciel de Paula a Escola Municipal de Ensino Fundamental Jardim Santo André, situada na Rua Miguel Ferreira de Melo s/nº, criada pelo Decreto nº 37.532 de 17/07/98.

Nascida nesta Capital, em 1884, era filha de Benedicta Maciel da Assumpção e Feliciano Maciel da Assumpção. Foi casada com Abílio de Paula, deixando dois filhos Anna e Pedro. Faleceu com 71 anos de idade no dia 21 de setembro de 1955.

Na história do bairro do Tatuapé registram as instalações de chácaras, olarias e construção de estradas. As olarias foram instaladas devido a solicitação de grandes quantidades de telhas, tijolos e areia utilizadas nas construções da época.

A urbanização do bairro do Tatuapé começou com a construção da estrada de ferro do norte, ligando Rio de Janeiro a São Paulo com paradas na Penha e Tatuapé.

Nesta época aparecem os primeiros loteamentos nas vizinhanças da estrada da Penha (atualmente Av. Celso Garcia), principalmente chácaras. Começam também a ser construído a igreja, escola, casas de comércio e outros.

A Família Maciel adquiriu uma chácara, instalou olaria e procurou contribuir para o progresso de urbanização do bairro.

Foi muito marcante na formação do Tatuapé e presença das olarias e os portos de areia às margens do Rio Tietê.

As casas residenciais surgem em torno do Maranhão nelas residindo italianos e portugueses.

A história do bairro registra que, em 1903 Feliciano Maciel promoveu a festa de veneração de Santa Cruz, que foi celebrada em 20 de julho daquele ano.



Folha n.º 03 de proc.
n.º 150 de 1999

Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete Vereador Toninho Pava

ADELINA CICONI

Rég. 100.406

ATA

Nesta mesma época D. Thereza Maciel participava dos movimentos do bairro. Alfabetizava os filhos dos oleiros da época e ensinava o catecismo às crianças que iriam fazer a primeira comunhão na Igreja São José do Belém que tinha jurisdição no bairro do Tatuapé.

Pelas razões históricas na formação do bairro do Tatuapé e sua louvável contribuiu na educação dos filhos dos primeiros moradores do bairro, é mais do que justificada a homenagem que pretendemos prestar.

Conto com o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei.

DECRETO

folha no. 05 de proc.
150 de 1999
CA

ADELINA CICONE
Reg. 100.406
ATM

37.532

DE - 17.07.98

DECRETO Nº 37.532, 17 DE JULHO DE 1998

Dispõe sobre a criação de Escola Municipal de Primeiro Grau - EMPG, e dá outras providências.

CELSO PITTA, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, CONSIDERANDO a necessidade de dar atendimento à demanda escolar existente na área de primeiro grau, verificada por meio de levantamento procedido pela Secretaria Municipal de Educação - SME,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Municipal de Primeiro Grau Jardim Santo André, situada à Rua Miguel Ferreira de Melo s/nº, Jardim Santo André, vinculada à Delegacia Regional de Educação - DREM 13 e pertencente à Administração Regional de São Mateus - AR/SM.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação - SME dotará a unidade ora criada dos recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.

Art. 3º - As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 17 de julho de 1998, 445º da fundação de São Paulo.

CELSO PITTA, PREFEITO

EDVALDO PEREIRA DE BRITO, Secretário dos Negócios Jurídicos

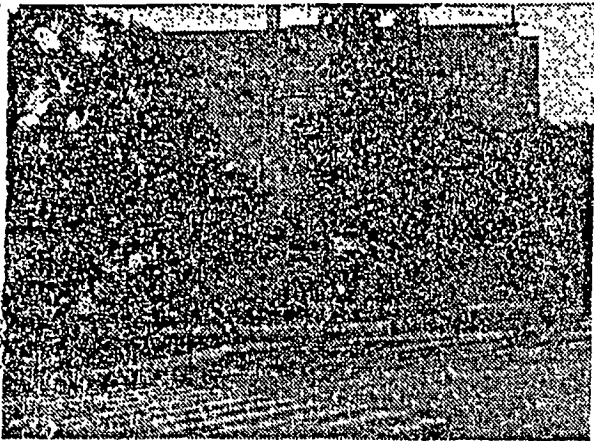
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS, Secretário das Finanças

HEBE MAGALHÃES CASTRO DE TOLOSA, Secretária Municipal de Educação

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 17 de julho de 1998.

EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado no D.O.M.
de 18 / 07 / 1998
página 2 coluna 1,2
conferido AM



Uma torre de 50m de altura — simboliza uma devoção e caracteriza um bairro — Maranhão.

Folha no 06 de proc. n.º 150 de 1999

Fachada principal da Igreja matriz, estilo basilica.

grande altura deste terraco, ele oferece maravilhosa vista panorâmica a longa distância. Com certeza ganhará importância turística. Uma grande torre de 50 metros de altura, embutida no frontispício do prédio, já se tornou uma característica deste templo e um símbolo do bairro do Maranhão. Todas estas obras estão em fase de acabamento. O vigário pensa aproveitar a folga de pós Natal e passagem de ano para, nos primeiros meses de 1982, demolir a igreja velha de alvenaria que está

triz e do planejamento e do desenvolvimento desses serviços. Reg. 100.406. A esses serviços piedosos e assistenciais o padre Inácio Guarino destiná as homenagens, e mimos que hoje está recebendo de seus paroquianos, amigos e admiradores pela passagem de seus 60 anos: bom vividos.

ADELINA CICONB Reg. 100.406 ATM

Era uma vez uma capela de Santa Cruz que se tornou de São José do Maranhão

Ao longo daquele caminho muito antigo que deu a nossa Estrada Velha da Penha, houve aqui dois pousos — um junto às aguadas do ribeirão Tatuapé, outro na suave elevação próxima ao vale do Aricanduva. Neste último, que viria ser muitos anos depois, o Largo do Maranhão, alguém sentou um oratório onde rezava orações e novenas juntando tropeiros, viajantes, e depois vizinhos quando estes começaram a haver e foram aumentando no correr do tempo.

Os livros de tombo da Cúria Metropolitana, nos relatos da criação da capela do Maranhão, registram nomes de moradores do lugarejo: João Pires Maciel, Benedito Pires Maciel, José Antonio Pires, Brás Antonio Pires, Malaquias Antonio Pires, Marcelino de Assis Maciel, Francisco de Assis Pires Maciel, Manoel Gonçalves, José Antonio Amaral, Joaquim Novais Coutinho, Izabel Maria Ramos, Benedita Maria de Jesus, Antonio Cardoso de Siqueira Miranda, Benedita Miranda do Nascimento, Benta Maria de Jesus, Sofia Maria de Jesus...

E foi aquele João Pires Maciel, filho de um homônimo e irmão de Benedito Pires Maciel que, sendo proprietário aqui desde 1860 por compra feita ao engenheiro Melo Franco, deu os passos mais importantes para transformar um oratório caseiro existente aqui na Estrada Velha da Penha, no Angulo com um caminho

(segmento ruas Arnaldo Cintra — Antonio de Barros), numa capelinha dedicada ao culto de Santa Cruz, «do lugar denominado Maranhão». Estava, então, em território da freguesia do Senhor Bom Jesus do Matozinho, do Brás, cujo vigário intercedeu junto ao bispo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, que por provisão de 1.º de maio de 1879 autorizou a celebração da primeira missa nesta capelinha. A provisão foi confirmada a 10 do mesmo mês e a primeira missa celebrada no domingo seguinte.

Autorização para outra missa realizada a 5 de maio de 1881 denominava esta «Capela de Santa Cruz do Deserto». E em 1904, Feliciano Maciel, interessou-se em promover a festa da «Veneração de Santa Cruz» (que se celebra em 3 de maio); mas, a autorização saiu com arrazo e a festa só se realizou a 20 de junho.

Por esse tempo, uma certa dona Tereza, filha de Nhô Dito (Benedito Maciel) e que ensinava a alfabetização aos filhos dos oleiros, ensinou aqui o catecismo às crianças que iam fazer primeira comunhão na igreja de São José do Belém, esta criada paróquia desde 14 de julho de 1897, com jurisdição sobre todo o território do Tatuapé. Depois daquela missa de 1904 e de um curto período de ausência de informações, essa capela aparece com o nome de São José do Maranhão e em 1925 passou à jurisdição da paróquia da Penha de França, esta criada freguesia desde 1796.

Decreto municipal n.º 1856, de 1922, oficializou o logradouro com o nome de Largo São José do Maranhão.

Com a urbanização do local, a capela ficou no meio de uma rua, e por petição de 27 de julho de 1928 «os moradores do bairro do Maranhão, Paróquia da Penha, vêm à presença de V. Excia. pedindo se digno aprovar a seguinte comissão para tratar da construção de uma nova capela do Largo do Maranhão por achar-se a atual no meio de uma das ruas do largo e ser muito insignificante para as necessidades religiosas do povo».

E assinam: diretor — o vigário da Penha, padre Antônio Jorge; presidente — Alberto Lemos Ferreira; vice-presidente — Alberto Martins Rebelo; secretários — Pedro Pinto Cardoso e Artur Gomes da Silva; e tesoureiros — Alfredo de Barros e Avelino Pisani. A petição foi dirigida ao bispo que a aprovou e a nova capela foi feita a seguir.

E no dia de São Paulo, 25 de janeiro, de 1940, foi criada a paróquia de São José do Maranhão, com as divisas acima citadas.

O primeiro vigário foi o padre Luiz de Faria Cardoso. O segundo vigário foi o padre Inácio Guarino que assumiu a 2 de fevereiro de 1964, e logo a seguir deu início às obras desta nova igreja matriz.



Foto do Largo S. José do Maranhão em 1958

Outubro/90

Suplemento Especial

ra Rangel". Era aquele caminho que ligava o de São Miguel à estrada do Caguaçu. Era conhecido também por caminho do Maranhão. Em 26 de janeiro de 1796 o ajudante Pedro da Silva Gomes adquiriu do sargento-mor a outra parte do Maranhão, o sítio Pinheiros.

Documentos oficiais dão conta de que em 1800, nas primeiras elevações, "primeiras terras enxutas junto à desembocadura do Arican-duva, no rio Tietê", morava o engenheiro Justino de Mello Franco, grande proprietário no Brás, mas aqui residente.

Noutro ponto, entre os muitos e autorizados escritos de Taunay sobre São Paulo antigo, um deles informa que a 2 de maio de 1834 mandaram (os oficiais da Câmara) ao fiscal da cidade que fosse entender-se com Gertrudes Barbosa a qual não tivera a menor dúvida em fazer desviar as águas do ribeirão Maranhãna cortador de sua propriedade para o leito da estrada de São Paulo a Penha que, assim, ia ficando intransitável. É lógico que dona Gertrudés cuidou de evitar o inconveniente.

Em sessão de 18 de novembro de 1859 a Câmara reservava terrenos para logradouros públicos, até a máxima extensão de um quarto de légua quadrada ou meia légua em perímetro de campos e várzea, pela estrada da Penha, atin-

gia até o alto do Tatuape e Maranhão.

Em 1860, aquele engenheiro Mello Franco vendeu sua área com uma casa a João Pires Maciel. E logo construiu-se ali, no largo hoje de São José do Maranhão, uma capelinha de beira de estrada chamada de Santa Cruz e Santa Casa do Desterro, que se desenvolveu e tornou-se na atual matriz da Paróquia de São José do Maranhão.

A esse tempo, o núcleo do Maranhão pareceu exercer a liderança dos sítios tatuapeenses. Parte daquele velho sítio dos Castros, que pertenceu em 1846 a Antonio José de Castro e Francisco de Paula Lobo, passou a João José de Silqueira com registro na Igreja do Brás a 28 de maio de 1856. Em 21 de abril de 1860 passou a Leandro José Rodrigues que três anos depois vendeu ao dr. João José Rodrigues, João Julio Scholler e José Julio Scholler (este conhecido por José do Morro).

A esse tempo, já era bem transitado o caminho que, no Maranhão, partia da Estrada da Penha e seguia pelo rumo aproximado da atual rua Antonio de Barros e emendava com a Estrada do Caguaçu, lá no espigão. E igualmente, a bifurcação o velho caminho de Itaquera que seguia o rumo da atual avenida Conselheiro Carrão e, na altura do então chamado "Bairro de Arican-

DELENA C. CONE
Reg. 700.706
ATM
duva
logo
ros
forn
vida
esse
men
dad
meir
dava
cade
dos
para
ção
o tri
estal
las,
pula
gêne
mist
que
riqu
narq
Era
cime
trazi
prof
natu
nas
da l
de a
men
Patr
prog

1570 (em terras que Braz Cubas e seu filho herdeiro Pedro de Cubas consideravam suas). Em 1570 ainda, Jorge Netto Falcão; e a seguir Antonio Alvares, Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, Francisco Gomes Ruxague, Francisco Jorge, Mateus Nunes de Siqueira, Tristão de Oliveira e muitos outros no século seguinte: João Martins Batista (1642); João Baruel (1670), André Baruel (1668), Pedro Aires, Claudio Furquim, Izabel Rodrigues, Antonio do Prado Cunha, João Chaves Leme, Manoel Fernandes Velho, Tomé Rodrigues da Silva, Maria Leite... No recenseamento determinado pelo capitão general D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão em 1766, a relação é bem numerosa espalhada por toda a região, ocupando praticamente todos os chãos.

FATORES DO PROGRESSO

Dos importantes acontecimentos que, no século XIX, definiram o Brasil como nação no mundo: a vinda da família real portuguesa, a abertura dos nossos portos às nações amigas, a elevação da Colônia a Reino Unido a Portugal e Algarves, a Independência, o 1.º e o 2.º reinados, as ferrovias, a abolição da escravidão, a imigração, o impulso da agricultura, a República e outros, além de, no conjunto, todos terem causado influências marcantes no despertar da consciência dos brasileiros como povo, três desses fatores, direta ou indiretamente, di-

zem respeito ao presente capítulo desta nossa história.

São eles: as ferrovias pelo transporte do homem e da produção em região tão próspera de uma terra que se afirmava como "país essencialmente agrícola". A imigração pelo aumento da população e do contingente-trabalho, e porque ia reclamar habitações. E a agricultura principalmente por nela aparecer o café ocupando o primeiro lugar na pauta da produção nacional, posição até então pertencente ao açúcar seguido pelo algodão e pelo fumo.

O café gerava trabalho bem pago. Atraía mais obreiros. Mais imigrantes. Criava riqueza. Ensejava o aparecimento de uma classe de fazendeiros endinheirados, desejosos de morar numa cidade confortável em mansões suntuosas.

Para esse trato da cidade haveria de vir para cá também, imigrantes. Logo haveria muito mais gente na cidade, em suas freguesias e bairros. Haveria crise de habitações que, para debelar tinha-se que construir muito. E isso demandava materiais, nova fonte de empregos. Surgiria uma indústria de alvenaria.

Já vimos no capítulo anterior, citando W. Maia Fina, com o imposto predial cadastrou em 1875, 2.992 prédios, onde estavam 31.381 almas. Pois, agora é Hernani Bruno quem afirma em sua "História e Tradi-

ções da Cidade de S. Paulo". — III/992 — "... pelo afluxo das correntes imigratórias que com a falta de casas generalizou a elevação sem peias dos preços de aluguéis, estimulando a aplicação dos capitais nesse gênero de negócio, vimos encontrar a cidade em 1886, onze anos depois, com mais de 7 mil prédios".

Tendo em vista as condições do tempo, era considerável o crescimento da cidade que começava a se espalhar para os bairros.

AS OLARIAS

O sítio berço do Tatuapé, junto à foz do ribeirão que deu nome ao bairro, local preferido por Braz Cubas para sentar a sede de sua fazenda Piqueri, e por uma série de povoadores até Francisco Jorge, Mateus Nunes de Siqueira, viria ser o grande fornecedor de telhas, tijolos e areia para construir a paulicéia de século XIX. A partir desse local, subindo o Tietê, os chãos varzeanos eram bem ricos em argila de boa qualidade para a indústria oleira.

O caminho terrestre que da margem do rio Grande partia para dentro do cerrado, já deixara o vale alagado do ribeirão para estender-se ao longo da lombada que deu o rumo da atual rua Tuiuti. Junto ao ponto de encontro desse novo caminho com o rio Grande situou-se um porto do Piqueri, depois do Matarazzo.

A área ali junto da sede quinhentista da fazenda Piqueri, ou melhor, próximo ao porto da atual rua Tuiuti, e acima desta, na várzea argilosa do Tietê, estava devoluta. Foi cedida a João de Brito em recompensa por seu extraordinário empenho na "guerra de Itararé", e posteriormente, por este transferida a João da Cruz. Mas, deduz-se que tal área foi logo abandonada porque passou a ser arrendada pela Intendência Municipal. Esses arrendamentos foram regulados pela lei n.º 3.349, de 20 de outubro de 1886 que visava a possibilitar o aparecimento de várias pequenas olarias, aumentando assim o número delas, estabelecendo concorrência, para fazer face aos elevados preços dos materiais de construção na cidade.

A área argilosa, dividida em pequenos lotes de 60x80m, era arrendada em hasta pública pela Intendência, à razão de 50 mil réis anuais, por prazo de dez anos, não se responsabilizando a Intendência pelas benfeitorias que os rendeiros deixassem no fim do prazo. Estes arrendamentos se estenderam também às várzeas do Catumbi e do Pari.

Assim surgiram aqui as olarias de Pascoal Colatesta, Felício Napolitano, Fernando De Busso, João Fiore, Conde Francisco Matarazzo, Luiz Broto, Benedicto Maciel, Miguel Mastrabono, Crescencio Coralino, Silvestre Palhano, Celestino Passi

ADRIANA GREGORI
Reg. 100.407
ATM

Folha n.º	08	de 000.
N.º	150	de 1992

ni, Elias Quartim de Albuquerque, Calistro e outros. Do porto até a olaria de Felício Napolitano havia um canal que servia de via de transporte aos barqueiros.

Eram muitas as olarias, volumosa a produção, intenso o movimento do seu transporte através do lendário Tietê, àquele tempo, raso, tortuoso, de águas límpidas e piscosas, bem diferentes deste hoje retificado e poluído canal.

As lanchas chamadas vaporêtes, com motor a gasolina, roncando forte, correndo veloz, espalhando vagalhões d'água que assustavam as ladeiras ribeirinhas, só bem mais tarde devem ter aparecido aqui. Porque os primeiros veículos do transporte do produto das olarias do Piqueri foram grosseiros, pesados e rasos barcos, levados, na descida, pela correnteza do rio ajudado pela força muscular do homem armado de varejões que faziam calos no peito do operador.

O porto não era essencial ao embarque de tijolos e telhas. Em qualquer barranca mais próxima da olaria encostava o barco e, ali amarrado por grossas cordas a um mourão, recebia o carregamento geralmente no fim do dia. O barqueiro morava perto, no bairro, e mal amanhecendo o dia, soltava o barco e zarpava rio abaixo. Os grandes barcos carregadíssimos requeriam três homens para manejá-lo: um de lado, caminhando por uma espécie de plataforma no interior do barco

dos dois lados, varejão no peito, impelindo o barco para a frente. Cada lado, caminhando por uma espécie de plataforma no interior do barco dos dois lados, varejão no peito, impelindo o barco para a frente. Um terceiro parceiro ficava no leme. A este os portugueses chamavam de espadela. Como seu trabalho fosse mais leve, este se reservava com os outros no varejão.

Nos barcos havia fogareiros rústicos em que próprios tripulantes preparavam seu desjejum. O ponto de entrega da mercadoria era na Ponte Grande. Ali descarregavam, almoçavam, descansavam, alegres, cantando canções, de suas terras, geralmente, Itália e Portugal, aqueles mais apegados ao serviço de telhas e tijolos, estes mais afeitos à extração e transporte de areia. A viagem levava mais de quatro horas, às vezes mais de cinco, de ida e outras tantas de volta. O regresso era sempre mais agradável, barcos vazios, mas, nem sempre tão leves porque contra a correnteza. Em certos trechos, na época da seca, era preciso um dos tripulantes descer à terra, amarrar uma corda bem grossa à proa, com a outra extremidade presa ao peito e arrastar o barco, auxiliado pelos colegas que movimentavam os varejões.

Eram muitos a trabalhar nas olarias e no transporte do produto. E na medida em que o tempo avançava, iam aumentando mais. Gente forte, animada, prosaica. Faziam

seu trabalho alegres, cantando, pilheriando. Havia certa rivalidade entre italianos e portugueses e, às vezes, saíam brigas e tiroteios. De qualquer forma, trabalhavam, progrediam. ~~Seus filhos estudavam com a mestra escola Tereza Maciel, filha do Nhô Brito. Abasteciam-se do necessário no comércio do Brás aonde iam a pé, a cavalo, de carro de boi, ou pelo "Trem do Norte" embarcando na "5.a Parada" que atingiam através do "caminho da terra preta" (rua Tuiuti) partindo aqui, da várzea do "Campo Grande", região das olarias, que transpunha o Tietê, abrangendo o atual Parque Novo Mundo e indo até o ribeirão Aricanduva (tudo era Tatuapé).~~

FIGURAS ILUSTRES E GENTE FAMOSA: FEIJÓ, CARRÃO, MARENGO

As terras férteis e os ares saudáveis desta vasta região que é hoje o 27.º Subdistrito do Tatuapé, como seus vizinhos Belenzinho e Penha, sempre atraíram a preferência dos paulistas que aqui vieram implantar suas chácaras, sítios e fazendas.

O REGENTE FEIJÓ

Dentre aqueles que aqui tiveram suas propriedades encontramos aquele que tanta influência exerceu na política e na administração do Império nascente — o Regente Feijó — padre Diogo Antonio Feijó.

Nascido em São Paulo, em 1784, foi induzido a seguir carreira sacer-

dotal e adquiriu sólida cultura e rígida moral. Foi lente de filosofia, retórica e latim em Parnaíba, Campinas e Itu. Em 1821, foi um dos nossos deputados às Cortes de Lisboa, tomou assento e se retirou depois com outros paulistas e brasileiros. E de volta ao Brasil, em Londres, publicou o manifesto protestando pelos direitos sagrados de sua Pátria. Com a Independência, foi deputado à Assembléia Geral, e depois, senador pela Província do Rio de Janeiro na vaga do marquês de Santo Amaro (José Egidio Alves de Almeida) em 1.º de julho de 1833 empossado no dia 15. Em 1827 propôs à Assembléia Geral projeto de abolição do celibato clerical, com isto caindo no desagrado da Igreja Romana. Foi regente do Império, ministro da Justiça quando, nos tumultuosos dias 14 e 15 de junho de 1831, restabeleceu a ordem conturbada no Rio de Janeiro pelas paixões políticas. Chegou a ser nomeado bispo de Mariana (Minas), mas, não aceitou. Primou sempre pela simplicidade, pela renúncia, pela dignidade, pela fé e pelo acendrado espírito sacerdotal.

Feijó entrou para a história do Tatuapé adquirindo de João Mariano Bueno, o sítio do Capão Grande do Tatuapé, por escritura lavrada pelo tabelião Francisco José Barbosa em 2 de novembro de 1829. A este seu sítio deu o nome de Paraizo, embora o local já fosse conhecido por Água Raza, devido a

ADELINA CICONNE
Reg. 100.406-1-1
ATM

Folha n.º	09
n.º	150
de	de 1999
de Proc.	

ra Rangel". Era aquele caminho que ligava o de São Miguel à estrada do Caguaçu. Era conhecido também por caminho do Maranhão. Em 26 de janeiro de 1796 o ajudante Pedro da Silva Gomes adquiriu do sargento-mor a outra parte do Maranhão, o sítio Pinheiros.

Documentos oficiais dão conta de que em 1800, nas primeiras elevações, "primeiras terras enxutas junto à desembocadura do Arican-duva no rio Tietê", morava o engenheiro Justino de Mello Franco, grande proprietário no Brás, mas, aqui residente.

Noutro ponto, entre os muitos e autorizados escritos de Taunay sobre São Paulo antigo, um deles informa que a 2 de maio de 1834, mandaram (os oficiais da Câmara) ao fiscal da cidade que fosse entender-se com Gertrudes Barbosa a qual não tivera a menor dúvida em fazer desviar as águas do ribeirão Maranhã cortador de sua propriedade para o leito da estrada de São Paulo a Penha que, assim, ia ficando intransitável. É lógico que dona Gertrudes cuidou de evitar o inconveniente.

Em sessão de 18 de novembro de 1859 a Câmara reservava terrenos para logradouros públicos, "até a máxima extensão de um quarto de légua quadrada ou meia légua em perímetro de campos e várzea, pela estrada da Penha, atin-

gia até o alto do Tatuapé e Maranhão".

~~Em 1860, aquele engenheiro Mello Franco vendeu sua área com uma casa a João Pires Maciel. E logo construiu-se ali, no largo hoje de São José do Maranhão uma capelinha de beira de estrada chamada de Santa Cruz e Santa Casa do Desterro, que se desenvolveu e tornou-se na atual matriz da Paróquia de São José do Maranhão.~~

A esse tempo, o núcleo do Maranhão pareceu exercer a liderança dos sítios tatuapeenses. Parte daquele velho sítio dos Castros, que pertenceu em 1846 a Antonio José de Castro e Francisco de Paula Lobo, passou a João José de Siqueira com registro na Igreja do Brás a 28 de maio de 1856. Em 21 de abril de 1860 passou a Leandro José Rodrigues que três anos depois vendeu ao dr. João José Rodrigues, João Julio Scholler e José Julio Scholler (este conhecido por José do Morro).

A esse tempo, já era bem transitado o caminho que, no Maranhão, partia da Estrada da Penha e seguia pelo rumo aproximado da atual rua Antonio de Barros e emendava com a Estrada do Caguaçu, lá no espigão. E igualmente, a bifurcação, o velho caminho de Itaquera que seguia o rumo da atual avenida Conselheiro Carrão e, na altura do então chamado "Bairro de Arican-

duva", passava junto às terras onde logo mais se formariam os prósperos fazendeiros de Carrão e de Califórnia que veremos mais adiante.

BANCO EVOLUCIONISTA

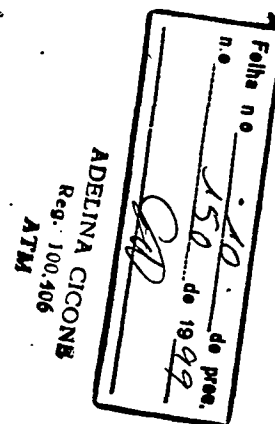
Foi num delicado momento da vida do País que apareceu aqui esse banco como horrendo instrumento de perturbação da propriedade imóvel da Zona Leste, primeira e principalmente no Tatuapé.

Importantes acontecimentos se davam, ou preparavam seu desencadeamento, tais como a libertação dos escravos que ia em marcha para acontecer em 1888, a importação em massa de imigrantes para o trabalho assalariado e para se estabelecerem em colônias agrícolas, o conseqüente aumento da população e a natural demanda de gêneros e mercadorias, que era mister produzir e comercializar, o que redundaria no crescimento de riqueza; e, por fim, a queda da Monarquia e o advento da República. Eram todos estes principais acontecimentos que já se sentiam no País, trazendo no bojo as premissas de profundas transformações com seus naturais reflexos nas Províncias, nas comunidades, em toda a vida da Nação.

Foram momentos, pode dizer-se, de angústia para autoridades e homens responsáveis pelos destinos da Pátria mergulhada no anseio de progresso, despertando para crescer

e definir-se no conceito das nações do mundo. Momentos da febre das transformações, da embriaguez do crescimento. Momentos propícios ao aproveitamento dos vivaldinos.

Coerente com sua índole e predestinação, São Paulo liderava os acontecimentos. No setor da imigração e colonização, lei provincial de 30 de março de 1871 lançava aqui as bases de um vasto programa. O orçamento do mesmo ano consignava verba de seiscentos contos de réis para o pagamento de passagens de imigrantes destinados à nossa lavoura. Quando presidente da Província, em 1878, o ex-senador Queiroz (Antonio de Queiroz Teles — futuro barão e visconde de Parnaíba) viajou por vários países da Europa e ajustou na Itália negociações para a vinda de imigrantes daquele país. Em 1879, o Império modificou a legislação anterior que punha alguns entraves à entrada de imigrantes. Por iniciativa ainda do senador Queiroz, fundou-se em São Paulo, a 2 de julho de 1886, a Sociedade Promotora da Imigração que ficou presidida pelo fazendeiro Martinho Prado Júnior. Criou-se, também, a hospedaria dos imigrantes. Resultado: "subiram as entradas de imigrantes, em todos os portos, de 22.423, em 1878, para quase 55 mil, em 1887. Com a abolição da escravatura o salto foi ainda maior: somente no Rio de Janeiro e em



de 1589 (já em litígio, portanto); assim se refere ao Tatuapé:

"... Disse mais elle ditto Braz Cubas que elle dava, e doava como feito deo e doou deste dia para todo sempre ao ditto Convento convém a saber de todas as suas terras que elle tem no campo em Beaçabe, a metade a Religião..." E também — "... deu e doou 12 vacas ferradas com o ferro da Ordem de N.S. do Carmo com hum touro para principio de curral..."

Ao tempo, a denominação Beaçava designava a parte principal do Piqueri, depois Tatuapé como predominou. Asserção confirmada com o fato de terem os frades dado continuação àquela ação de embargo de posse sobre estas terras, iniciada por Braz Cubas em 1588.

Os carmelitas procuraram provar esse seu direito citando testamento de Pedro de Cubas, filho e, no caso, sucessor de Braz, testamento esse feito em 1628, e do qual o testador excluiu estes imóveis declarando textualmente terem sido doados por seu pai aos ditos religiosos.

Por requerimento do prior do convento, ao dr. Miguel Sisne de Faria, Provedor-Mor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Capelas, Resíduos e Orfãos do Brasil, em 1633, foi feita medição destas terras contidas na doação, começada a 24 de novembro daquele ano, na área li-

torânea, e passada provisão para medir as terras da Vila de São Paulo. Tanto que, já a 2 de dezembro seguinte, o juiz ordinário Manoel Pires e o tabelião Calisto da Mota, assistidos pelo ouvidor da Capitania, Antonio Raposo Tavares, e perante testemunhas que se verá do traslado; davam começo à tarefa.

Consta do traslado: "que o Juiz foi à paragem declarada na ditto carta aos Pinhais que estão na Borda do Campo nesta Villa Velha de S. André... e deu logo o ditto juramento a mi Tabelião a Pedro de Moraes Dantes, e a Paulo da Costa homens antigos e práticos, e a Pedro de Moraes Madureira, e a João Nunes moradores nesta dita paragem... e disserão todos que onde elle ditto juiz estava hera o Pinhal de que a ditto carta faz menção, e assim mostrarão juntamente o Caminho que os antigos moradores da ditto Villa de S. André uzarão para irem a Piratininga".

E no mesmo dia, o juiz, com pequena caravana de medidores partindo "do ditto Pinhal e marco de pedra que se meteu", percorreu todo o caminho que, segundo a carta, estabelecida a confrontações das terras requeridas pelos frades de Monte Carmelo. Essa divisa parece hoje absurda. Passava entre as propriedades de Jaque Felis e Pedro Ribeiro de Campos, onde "se meteu" outro marco; seguida (pelo

caminho) para as taperas de Henrique da Cunha e João Martins Barega; passava a ponte do Tamandua-tei; a pelo sitio que fora de João Anes que depois foi de Estevão Ribeiro; chegava onde esteve o curral de Aleixo Jorge.

E não parava essa confrontação de divisas nesse antigo curral de Aleixo Jorge, já dentro do termo presumível da Vila de Piratininga, porque os religiosos tinham requerido e o juiz deferido... "que sua merce desse juramento dos Santos Evangelhos a pessoas que lhe parecessem sem suspeita antigas para que declarassem o caminho que hia para Piratininga...". Certamente aquém daquele curral de Aleixo Jorge. E efetivamente, perante o escrivão que o escreveu, o juiz juramentou a João Maciel e Pascoal Dias e estes "decraração que o ditto caminho que... vinha do curral que foi de Aleixo Jorge... pela ponte grande que esta em Tabatingoara, e dahy entrava pela Villa e vinha pella rua Direita até onde esá o Mosteiro dos Padres da Cia. e dahy Vinha pela porta que foi de Affonso Sardinha, e dahy pella rua que foi de Rodrigo Alvares e Martim Affonso, e dahy vinha sahir agoada do Ribeiro atravessando o Ribciro de Anhangabai pello mesmo caminho que hoje por elle se serve os moradores que morão daquela banda de Piratininga

até defronte da barra de Piratininga aonde dava no Rio Grande... junto as taipas de sitio de João da Costa de Carvalho foi metido hum marco de pedra, e ao longo delle mais duas pequenas por testemunha..."

O relato desta medição vai bem mais longê, mas, antes que se julgue, que estamos divagando da história do Tatuapé, entramos a dizer que, se das três léguas de largo da sesmaria de Braz Cubas ele doou metade ao Convento do Carmo (de Santos), destinou légua e meia a este, que medidas daquela confrontação atingiriam o nosso bairro, onde Francisco Jorge e outros tinham fazendas ou sitios, fatos que iriam atritar.

Imediatamente após a medição; o prior dos carmelitas pediu ao juiz lhe mandasse dar posse das ditas terras; o juiz mandou que o alcaide a desse; e este a deu, "com as solemnidades que Sua Majestade manda", e indagou se alguma pessoa se opunha a tal posse. Foi quando o tatuapéense Francisco Jorge se opôs e ameaçou embargar medição e posse, já de direito consumadas. O prior contestou a Francisco Jorge. Este pediu vistas à carta de sesmarias de Braz Cubas. O superior dos frades contestou-lhe também essa regalia, mas, o juiz afinal deu a sentença: "Conforme a ley de S. M. se de traslado destes autos aos

